



Ministério da Justiça quer fortalecer a segurança pública como direito fundamental do cidadão

O Brasil inicia um amplo debate em torno da construção de uma política nacional de segurança pública. Com a convocação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo garante a participação da sociedade nas discussões sobre o setor, avança na consolidação da democracia e mostra que o controle social sobre as atividades do Estado entrou, definitivamente, para a vida pública brasileira.

A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), projeto do Ministério da Justiça (MJ), inaugura uma experiência inédita na história do Brasil. Em agosto de 2009, a etapa nacional da 1ª CONSEG reunirá em Brasília aproximadamente dois mil representantes da sociedade civil, dos trabalhadores do setor e do Poder Público, com a prerrogativa de apontar diretrizes para a construção de uma política nacional de segurança pública.

A maioria dos representantes com direito a voto será eleita nas etapas municipais e estaduais da 1ª CONSEG, marcadas para ocorrer entre março e julho de 2009. Os demais participantes serão indicados pelo MJ e pelas comissões organizadoras das etapas estaduais. Além disso, como forma de assegurar a transparência e o controle social, observadores nacionais e internacionais serão convidados a acompanhar todas as atividades.

Municípios com mais de 200 mil eleitores e/ou parceiros do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) poderão realizar conferências eletivas, para garantir a participação de dois representantes (um da sociedade civil e um do Poder Público) com direito a voz e voto na etapa nacional, além de enviar um representante da Guarda Municipal para a etapa estadual.

Apenas municípios dos estados de Tocantins e Roraima não atendem aos critérios para eleger representantes.

Objetivo Geral

· Definir princípios e diretrizes orientadores da política nacional de segurança pública, com participação da sociedade civil, trabalhadores e poder público como instrumento de gestão, visando efetivar a segurança como direito fundamental.

Objetivos específicos

- Fortalecer o conceito de segurança como direito humano;*
- Definir as prioridades para a implementação da política nacional de segurança pública, conforme os eixos temáticos;*
- Contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), tornando-o um ambiente de integração, cooperação e pactuação política entre as instituições e a sociedade civil com base na solidariedade federativa;*
- Contribuir para a implementação do Pronasci e para a valorização do conceito de segurança com cidadania entre os estados e municípios;*
- Promover, qualificar e consolidar a participação da sociedade civil, trabalhadores e Poder Público no ciclo de gestão das políticas públicas de segurança;*
- Fortalecer os eixos de valorização profissional e de garantia de direitos humanos como estratégicos para a política nacional de segurança pública;*
- Criar e estimular o compromisso e a responsabilidade para os demais órgãos do Poder Público e para a sociedade na efetivação da segurança com cidadania;*
- Deliberar sobre a estratégia de implementação, monitoramento e avaliação das resoluções da 1ª Conseg, bem como recomendar a incorporação dessas resoluções nas políticas públicas desenvolvidas pelos estados, municípios e outros poderes;*
- Valorizar e promover as redes sociais e institucionais articuladas em torno do tema da segurança pública, bem como as iniciativas de educação pela paz e não violência;*
- Propor a reformulação da composição do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública e da gestão do Fundo Nacional, com base na participação e integração dos entes federativos, trabalhadores e entidades da sociedade civil.*

Eixos Temáticos

- Gestão democrática: controle social e externo, integração e federalismo;*
- Financiamento e gestão da política pública de segurança;*
- Valorização profissional e otimização das condições de trabalho;*
- Repressão qualificada da criminalidade;*
- Prevenção social do crime e das violências e construção da paz;*
- Diretrizes para o sistema penitenciário;*
- Diretrizes para o sistema de prevenção, atendimentos emergenciais e acidentes.*

Representações estaduais

A expectativa é que todos os 26 estados e o Distrito Federal participem da 1ª Conseg. A eleição de representantes, durante as etapas estaduais, será proporcional ao número de habitantes de cada unidade da federação, de acordo com a seguinte tabela:

Habitantes por UF Quantidade de representantes

Até 3,5 milhões	26
De 3,5 a 7 milhões	51
De 7 a 10 milhões	77
De 10 a 15 milhões	103

De 15 a 20 milhões	128
Mais de 20 milhões	154

Em todos os níveis, a composição das conferências eletivas deverá respeitar a paridade de 40% de vagas para a sociedade civil, 30% para trabalhadores da segurança pública e 30% para o Poder Público. Além disso, também serão realizadas conferências preparatórias. A finalidade das etapas preparatórias é estimular a participação e o compromisso de todos na definição de propostas que possibilitem consolidar a segurança pública como um direito fundamental do cidadão.

Conferências preparatórias

- Municipais: Cidades com menos de 200 mil eleitores e que não estão ligadas ao Pronasci também podem participar da 1ª Conseg. Embora não tenham o poder de indicar representantes, essas conferências poderão contribuir com propostas para a etapa nacional.
- Livres: Com o objetivo de ampliar a diversidade de segmentos envolvidos, entidades de qualquer natureza poderão realizar conferências livres, para debater os eixos temáticos e enviar contribuições à etapa nacional.
- Virtual: Conectada com os avanços tecnológicos, a 1ª Conseg promoverá conferência via web, com o objetivo de ampliar a participação e o envio de sugestões para a etapa nacional.
- Seminários temáticos: A finalidade desses eventos é aprofundar debates com públicos específicos sobre temas relacionados à segurança pública.
- Projetos especiais: Concurso de monografia, festival de música, mostra de cinema e conferências nas escolas estão entre as estratégias de mobilização da sociedade para o debate sobre segurança pública.

Números da participação

Quadro de representantes na etapa nacional

Categorias	Quantidade de representantes
<i>Sociedade Civil</i>	810
<i>Trabalhadores</i>	607
<i>Poder Público (indicados pelo MJ)</i>	607
<i>Total</i>	2.024

Quadro de representantes da sociedade civil definidos nas etapas eletivas

<i>Via municípios</i>	123
<i>Via estados e Distrito Federal</i>	687
<i>Total</i>	810

Quadro de representantes eleitos por segmento de trabalhadores

<i>Agente de Polícia Civil</i>	59
<i>Delegado de Polícia Civil</i>	59
<i>Praça da Polícia Militar</i>	59
<i>Oficial de Polícia Militar</i>	59
<i>Polícia Federal – Delegado</i>	27

<i>Polícia Federal – Agente</i>	27
<i>Polícia Rodoviária Federal</i>	59
<i>Guarda Municipal</i>	59
<i>Bombeiro Militar – Oficial</i>	27
<i>Bombeiro Militar – Praça</i>	27
<i>Perito, Papiloscopista e Médico Legal</i>	59
<i>Agente Penitenciário</i>	59
<i>Ouvidor de Polícia</i>	27
<i>Total</i>	607

Quadro de categorias de gestores a serem indicadas pelo MJ

<i>Chefe da Polícia Civil</i>	
<i>Comandante Geral da PM</i>	
<i>Comandante Geral de Bombeiros</i>	
<i>Congresso Nacional</i>	
<i>Diretor Geral de Instituto de Perícia e Criminalística</i>	
<i>Gestor Estadual</i>	
<i>Gestor Municipal</i>	
<i>Governo Federal</i>	
<i>Ministério Público Estadual</i>	
<i>Ouvidor de Polícia</i>	
<i>Procuradoria Regional da República – MPU</i>	
<i>Secretário de Segurança Pública</i>	
<i>Secretário do Sistema Penitenciário</i>	
<i>Superintendente da Polícia Federal</i>	
<i>Superintendente da Polícia Rodoviária Federal</i>	
<i>Tribunal Regional Federal</i>	
<i>Tribunal de Justiça do Estado</i>	
<i>Total:</i>	607*

*A distribuição das vagas será feita durante o processo de mobilização da 1ª Conseg.

Ações integradas

A realização da 1ª Conseg está diretamente relacionada às estratégias do Pronasci.

Na mesma frente em que a sociedade é estimulada a mobilizar conferências para discutir o presente e o futuro da segurança no Brasil, com a reformulação e o fortalecimento das instâncias democráticas do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), o governo federal investe maciçamente no combate e na prevenção à criminalidade e à violência.

Nos próximos quatro anos, o Pronasci destinará R\$ 6,7 bilhões para 94 ações definidas como “estruturais” e “programas locais”, uma combinação que reconhece as dimensões políticas, sociais e econômicas da violência. As primeiras ações têm por objetivo modernizar o sistema prisional, capacitar e valorizar os profissionais do setor e enfrentar a corrupção policial e o crime organizado.

Já as iniciativas locais são voltadas às comunidades com índices elevados de violência e visam retirar a população da rota criminal, por meio do acesso às políticas públicas locais, como cultura e geração de trabalho e renda. A meta é beneficiar 3,5 milhões de pessoas e reduzir o número de homicídios dos atuais 29 para 12 homicídios por 100 mil habitantes até 2012.

Não é por acaso que a juventude é o público prioritário do Pronasci. No Brasil, o contingente da população mais castigado pelas situações de criminalidade e violência é formado por jovens, especialmente os do sexo masculino. Pesquisa realizada pelo MJ

mostra que mais da metade (54%) dos 20.761 homicídios dolosos registrados em 2005 foram contra homens de 18 a 29 anos, o equivalente a 10.209 ocorrências.

Esses crimes foram cometidos por 4.200 infratores, dos quais 3.834 também são jovens de 18 a 29 anos. São delitos registrados, principalmente, nas regiões metropolitanas, áreas de abrangência do Pronasci, nas quais o inchaço urbano e o crescimento desordenado resultaram nos maiores déficits de direitos básicos, como o acesso à moradia e a serviços de saneamento, por exemplo.

Perfil da violência

Não é por acaso que a juventude é o público prioritário do Pronasci. No Brasil, o contingente da população mais castigado pelas situações de criminalidade e violência é formado por jovens, especialmente os do sexo masculino. Pesquisa realizada pelo MJ mostra que mais da metade (54%) dos 20.761 homicídios dolosos registrados em 2005 foram contra homens de 18 a 29 anos, o equivalente a 10.209 ocorrências.

Esses crimes foram cometidos por 4.200 infratores, dos quais 3.834 também são jovens de 18 a 29 anos. São delitos registrados, principalmente, nas regiões metropolitanas, áreas de abrangência do Pronasci, nas quais o inchaço urbano e o crescimento desordenado resultaram nos maiores déficits de direitos básicos, como o acesso à moradia e a serviços de saneamento, por exemplo.

Contato

*Marcelo de Paiva – (61) 3429-9532 / 9304-0047 / marcelo.paiva@mj.gov.br
Outras informações – www.conseg.gov.br*



I CONFERÊNCIA NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

www.conseg.gov.br